

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

JOYCE AUGUSTO XAVIER

**TRAJETÓRIA DE TRABALHO DE MULHERES NO MUNICÍPIO DE
VARGINHA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA DA
REPRODUÇÃO SOCIAL**

VARGINHA/MG

2025

JOYCE AUGUSTO XAVIER

**TRAJETÓRIA DE TRABALHO DE MULHERES NO MUNICÍPIO DE
VARGINHA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA DA
REPRODUÇÃO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública pela Universidade Federal de Alfenas.
Orientadora: Prof^a. Dr^a Fernanda Mitsue Soares Onuma.

VARGINHA/MG

2025

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Campus Varginha

Xavier, Joyce Augusto.

Trajatória de trabalho de mulheres no município de varginha : uma análise a partir da teoria da reprodução social / Joyce Augusto Xavier. - Varginha, MG, 2025.

39 f. : il. -

Orientador(a): Fernanda Mitsue Soares Onuma.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2025.

Bibliografia.

1. Mulheres negras. 2. Mulheres brancas. 3. Capitalismo. 4. Teoria da reprodução social. 5. Racismo estrutural. I. Onuma, Fernanda Mitsue Soares, orient. II. Título.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.


JOYCE AUGUSTO XAVIER

**TRAJETÓRIA DE TRABALHO DE MULHERES NO MUNICÍPIO DE
VARGINHA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA DA REPRODUÇÃO
SOCIAL**

A Presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovada em: 28 de novembro de 2025

Profa. Dra. Fernanda Mitsue Soares Onum
Universidade Federal de Alfenas-MG

Documento assinado digitalmente
 FERNANDA MITSUE SOARES ONUMA
Data: 11/12/2025 16:49:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Aline Lourenço de Oliveira
Universidade Federal de Alfenas-MG

Profa. Dra. Vanessa Tavares de Jesus Dias
Universidade Federal de Alfenas-MG

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente à minha orientadora que sempre confiou em mim e soube que era possível que esse trabalho fosse realizado. Quero agradecer também a Deus e ao universo que me manteve forte até aqui, a minha mãe que sempre me ajudou, me apoiou, e foi a minha rocha emocional, a minha família que sempre me deu alegria e forças, e aos meus amigos que não me abandonaram e sempre acreditaram em mim.

Quando uma mulher negra se movimenta,
toda a estrutura da sociedade se movimenta
com ela. (*Angela Davis, 2017*).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apontar fatores relevantes para discutir o percurso de trabalho de mulheres negras e brancas, incluindo atividades produtivas e reprodutivas. Além disso, busca apresentar comparativos de como no trabalho produtivo e reprodutivo de mulheres negras e brancas tendem a apresentar vivências, experiências e tratativas diferentes mesmo ambas sendo do mesmo gênero. A metodologia utilizada neste trabalho consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas, de caráter qualitativo, gravadas e posteriormente transcritas, com mulheres classificadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como pretas e brancas, selecionadas por conveniência do pesquisador, considerando a facilidade de acesso e que residem no município de Varginha/MG.

A partir das entrevistas, selecionaram-se três perguntas relevantes para demonstrar, com base nos dados coletados e apresentando argumentos com a teoria da reprodução social como mulheres negras apresentam maior predominância tanto em trabalhos produtivos com menores salários quanto em trabalhos reprodutivos, em escala significativamente maior quando comparadas às mulheres brancas.

Palavras-chave: mulheres negras; mulheres brancas; capitalismo; teoria da reprodução social; racismo estrutural.

ABSTRACT

This study aims to highlight relevant factors for discussing the work trajectories of Black and white women, including productive and reproductive activities. Furthermore, it seeks to present comparisons of how the productive and reproductive work of Black and white women tends to present different experiences and treatments, even though both are of the same gender. The methodology used in this work consisted of conducting semi-structured, qualitative interviews, recorded and subsequently transcribed, with women classified by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) as Black and white, selected for the researcher's convenience, considering ease of access and residence in the municipality of Varginha/MG. From the interviews, three relevant questions were selected to demonstrate, based on the collected data and presenting arguments using the theory of social reproduction, how Black women show a greater predominance in both productive work with lower wages and in reproductive work, on a significantly larger scale when compared to white women.

Keywords: black women; white women; capitalism; theory of social reproduction; structural racism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil das mulheres negras entrevistadas	23
Quadro 2 - Perfil das mulheres brancas entrevistadas	24
Quadro 3 - Com que idade você começou a trabalhar?	26
Quadro 4 - Quais profissões você já exerceu ao longo de sua vida?	27
Quadro 5 - Para trabalhar, você conta com algum tipo de auxílio, como creche, familiares e/ou amigos para cuidar das crianças?	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	OBJETIVOS	14
1.1.1	Objetivo geral	14
1.1.2	Objetivos específicos	14
2	A IMPORTÂNCIA DO RECORTE DE RAÇA PARA COMPREENDER A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	15
3	O TRABALHO REPRODUTIVO: ARTICULANDO GÊNERO, RAÇA E CLASSE	17
3.1	Trabalho produtivo: a subalternização das atividades atribuídas às mulheres negras	19
4	MÉTODO DE COLETA DE DADOS	21
4.1	Método de análise de dados: análise de conteúdo temática	24
4.2	Análise dos dados a partir das duas categorias	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS	35
	ANEXO A	39

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a pauta da teoria da reprodução social vem se destacando cada vez mais e abrindo espaço para outras reflexões e problemas dentro da estrutura social e econômica na qual estamos inseridos. De acordo com a demógrafa Jordana Cristina, em pesquisa realizada na Universidade do Rio Grande do Norte (2023), “o trabalho reprodutivo é uma das funções que mais desgasta e sobrecarrega as mulheres, pois restringe o seu tempo, esgota a sua mente e o seu corpo, é executado principalmente por mulheres negras e pobres, e o cuidado é visto como amor e não como trabalho” (Cristina, 2023).

Basicamente, a reprodução social é uma forma de reproduzir diariamente, auxiliar na reposição das forças físicas, mentais e psicológicas de outros seres (Arruzza; Cinzia, 2023). Dessa forma, isso implicará na reprodução material onde os trabalhadores estarão fortes, saudáveis e dispostos a vender a sua força de trabalho e gerar economia para o país, sobrevivência para si e riqueza para as empresas.

Assim como explica Bhattacharya (2023), o trabalho reprodutivo não só sustenta a força de trabalho e permite a reprodução física e emocional das pessoas, mas também é fundamental para a manutenção do lucro e da acumulação de capital. No contexto atual em que as mulheres negras vivem, o capitalismo patriarcal branco, tudo é pré-estabelecido e voltado para atender as demandas e as vontades de pessoas brancas com um padrão socioeconômico acima delas.

Por exemplo, no Brasil, quando o assunto é trabalho doméstico as mulheres representam 92% nessa ocupação, sendo que destes 92%, 65% são reproduzidos por mulheres negras. Do mesmo modo que tende a receber menos de um salário-mínimo e na maioria das vezes sem carteira assinada. (Agência Brasil, 2022).

Todavia, apesar do avanço e as empregadas domésticas se sentirem um pouco valorizadas por questões que deveriam ser tratadas com alta relevância e seriedade, a reforma trabalhista de 2017 trouxe o retrocesso à tona, piorando a situação da mulher negra no mercado de trabalho. De acordo com o jornal Brasil de Fato (2017), esse grupo é o que possui menores salários e taxa de desemprego duas vezes maior que a dos homens brancos. “Quando se fala de trabalho doméstico, não se trata de um trabalho como todos os outros e sim de uma manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo

perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora” (Federici; Silvia, 2019, p. 42). Em outras palavras, seria como se o capitalismo empurrasse o trabalho reprodutivo para as mulheres, baseando-se no discurso de que tem que ser feito por amor e obrigação, por isso não precisa ser pago.

Desde a escravização a mulher negra já era submetida a trabalhos forçados e de subserviência dentro da reprodução social. Segundo Teixeira (2021), nos tempos atuais a imagem de doméstica escrava ainda reflete na sociedade, que além do mais são muitas vezes retratadas em padrões totalmente ligados à hipersexualidade.

Existe também no Brasil a questão de mulheres negras que tomam conta dos filhos de suas patroas, muita das vezes sendo mais presente do que a própria “mãe” para eles. De acordo com Teixeira (2021) acaba-se por se criar um vínculo e uma afetividade entre ambos, o que leva a se aproximar das atividades feitas pelas escravas que eram chamadas de amas de leite.

Sabe-se que o Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão e com isso e os negros libertos não receberam nenhum tipo de auxílio do governo para que pudessem sobreviver (Observatório do Terceiro Setor, 2022). Já em relação às mulheres negras, é possível perceber que a maioria das atividades aqui citadas e exercidas por elas no Brasil, sempre voltam a se relacionar com atividades ligadas à reprodução social tanto no passado, quanto nos tempos atuais.

Dados do 4º trimestre de 2024 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE, revelam que o Brasil contava com 5,9 milhões de pessoas ocupadas no trabalho doméstico, das quais 91,9% eram mulheres (DIEESE, 2024). Segundo o IPEA (2025), entre as pessoas que declaram realizar trabalho doméstico e/ou de cuidados remunerados no Brasil, 69,9% são mulheres negras.

De acordo com o IPEA (2025), no primeiro trimestre de 2021, quando a crise econômica causada pela pandemia se refletiu em índices bastante altos desse tipo de força de trabalho, 42,8% das mulheres negras estavam nessa condição, contra 29,1% das mulheres brancas. De acordo com o IBGE (2023), em 2022, a população com 14 anos ou mais de idade dedicava, em média, 17 horas semanais aos afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas, sendo 21,3 horas semanais para as mulheres e 11,7 horas para os homens. “Segundo o IBGE (2023), os dados são do tema ‘outras formas de trabalho’, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022, que levantou informações sobre cuidado de pessoas, afazeres

domésticos, produção para o próprio consumo e trabalho voluntário”. Como se pode ver, não basta o trabalho reprodutivo na maior parte do tempo ser exercido por mulheres, ainda apresenta maior preeminência entre mulheres pretas.

Conforme aponta IBGE (2023), as taxas de realização de afazeres doméstico pelas mulheres brancas (90,5%), pretas (92,7%) ou pardas (91,9%) são sempre mais altas que a dos homens dos mesmos grupos de cor ou raça (80,0%, respectivamente).

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Identificar elementos importantes para a discussão da trajetória de trabalho de mulheres negras e brancas em termos de trabalho produtivo e reprodutivo.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) identificar e discutir desafios apontados pelas entrevistadas em relação ao exercício de trabalhos produtivos e reprodutivos;
- b) analisar os desafios apontados por estas mulheres a partir do referencial teórico sobre teoria da reprodução social e racismo estrutural.

2 A IMPORTÂNCIA DO RECORTE DE RAÇA PARA COMPREENDER A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

A literatura acadêmica sugere que o contexto histórico e escravista brasileiro contribuiu para o cenário social atual, em que a comunidade negra vive à margem da sociedade sofrendo grande discriminação. Aqui será apresentado alguns autores negros que contribuíram para os estudos sobre o trabalho de pessoas negras no Brasil.

O aparelho de dominação da sociedade escravista gerou um pensamento racista que perdura até hoje (Moura, 1988). Como a estrutura da sociedade brasileira, na passagem do trabalho escravo para o livre, permaneceu basicamente a mesma, os mecanismos de dominação inclusive ideológicos foram mantidos e aperfeiçoados (Moura, 1988).

Segundo Eliane Barbosa da Conceição (2009, *apud* Juliana Teixeira, 2021), logo após a abolição as pessoas negras não encontraram muitas outras oportunidades de trabalho, o que os fez manter suas relações de trabalho com os seus antigos “donos”. De acordo com Lélia Gonzalez (1984), todo mundo acha o racismo natural, pensam que o negro merece viver na miséria pois são irresponsáveis e não possuem qualidades.

Entretanto, é possível identificar que o complexo de inferioridade relacionado à pessoas negras foi sendo internalizado de diversas maneiras com o passar dos séculos. Em conformidade com Fanon (1952), ele enfatiza que o racismo moldou o id de pessoas negras portanto, os negros são forçados a se ver e a serem vistos através do olhar colonizador do branco.

Basicamente, com esse pensamento racista flutuando sobre pessoas negras, a sociedade passou a ignorar e invalidar a existência destas como pessoas tão importantes quanto elas, mesmo sendo livres. A civilização branca e a cultura europeia impuseram ao negro um desvio existencial (Fanon, 1952, p. 20).

Segundo Lélia Gonzalez (1984) existem duas noções: a consciência e a memória, onde a memória é aquilo que o negro sabe que é verdade sobre sua humanidade e a consciência é o lugar da alienação. É aí que o discurso ideológico se faz presente, se torna um discurso dominante e oculta a sua memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade (González, 1984, p. 226).

Se alguns estão consolidados no imaginário social como portadores de humanidade incompleta, torna-se natural que não participem igualmente do gozo pleno dos direitos humanos (Carneiro, 2011, p. 15). Além disso, no início do século XX com o avanço da industrialização criaram-se categorias econômicas, sociais e políticas que beneficiaram amplamente os detentores dos meios de produção (Fernandes, 1972, p.162).

É evidente que, os negros entraram na categoria despriorizada onde teriam de vender a sua mão de obra para sua sobrevivência, sem espaço para se desenvolver socioeconomicamente e politicamente. Efetivamente, quando se tratava de trabalho os brancos ensinaram aos negros os trabalhos mais árduos e duros. Afinal de contas eles queriam se livrar de algum tipo de trabalho que não fosse condizente com a sua condição de branco (Moura, 1988, p. 67). Ao falar sobre privilégio, Almeida (2019) destaca que os privilégios e a disposição de obter vantagens não dependem do indivíduo socialmente branco.

Entretanto, Fernandes (1964) pontua que, justamente por vivermos em uma sociedade de classes e o branco ser omissos diante do problema, é o fato que contribui para maior exploração de pessoas negras.

Portanto, conclui-se que:

Em determinada fase da nossa história econômica houve uma coincidência entre a divisão social do trabalho e a divisão racial do trabalho. Mas através de mecanismos repressivos ou simplesmente reguladores dessas relações ficou estabelecido que, em certos ramos, os brancos predominassem, e, em outros, os negros e os seus descendentes diretos predominassem. Tudo aquilo que representava trabalho qualificado, intelectual, nobre, era exercido pela minoria branca, ao passo que todo subtrabalho, o trabalho não-qualificado, braçal, sujo e mal remunerado era praticado pelos escravos, inicialmente, e pelos negros livres após a Abolição. (Moura, 1988, p. 72).

3 O TRABALHO REPRODUTIVO: ARTICULANDO GÊNERO, RAÇA E CLASSE

O trabalho reprodutivo implica na reprodução material e física das forças de trabalho, pois se os indivíduos não estiverem vivos e saudáveis não haverá reprodução social (Arruza; Cinzia, 2023). Certamente isso está ligado aos cuidados com a casa e com as pessoas, como uma manutenção da vida.

Para Cinzia Arruza (2023), existem três tipos para definir a reprodução social, a autora aponta que a família continua sendo o principal fator, porém também existe a definição pelo Estado e pelo neoliberalismo.

Como podemos refletir a reprodução social:

É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças, os trabalhadores do futuro, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. (Federici; Silvia, 2019, p. 68).

Segundo Tithi Bhattacharya (2019) os “detentores” da força de trabalho também adoecem, envelhecem e morrem por isso devem então ser substituídos. Assim, é necessário que exista um processo que permita reproduzir a força de trabalho, de responder às suas necessidades cotidianas e de substituí-la ao longo do tempo (Bhattacharya; Tithi, 2019, p.17).

Por outro lado, Angela Davis (2016), exemplifica que o capital começa a adotar novas tecnologias com o intuito de cortar os custos de produção, depois que a classe trabalhadora obtém seus ganhos salariais. Dessa forma, isso também explica os modelos de reinvenção do capitalismo moderno para continuar mantendo o trabalho reprodutivo sem precisar assumir os custos.

Segundo Helena Hirata (2002), com a chegada da globalização houve um paradoxo, pois mesmo com o aumento de empregos remunerados a globalização seguiu-se acompanhada pela vulnerabilidade e desigualdades crescentes. Diante disso, houve um maior envolvimento nas responsabilidades profissionais por parte das mulheres (Hirata, 2002, p. 144).

Historicamente, esses processos de reprodução social foram e continuam a ser representados como trabalho das mulheres, embora também os homens sempre tenham desempenhado uma parte dele (Frasser, 2020, p. 262). No entanto, Silvia Federici (2017), enfatiza que a divisão sexual do trabalho foi imposta com ajuda da construção de uma nova ordem patriarcal que tornava as mulheres servidoras da

força de trabalho masculina.

Segundo Helena Hirata (2002), as políticas de flexibilização trouxeram um impacto ainda mais desfavorável às desigualdades sociais nas relações de trabalho. Partindo desse pressuposto, surgem dois segmentos de trabalho, um exercido por homens e outros por mulheres, isto é, uma função valorizada e estabilizada e a outra precarizada e desvalorizada.

Sobre esta base, foi possível impor uma nova divisão sexual do trabalho, que diferenciou não somente as tarefas que as mulheres e os homens deveriam realizar, mas também sua relação com o capital (Federici, 2017, p. 232). Conforme aponta Saffioti (2015), poucas mulheres questionam sua inferioridade social e são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis e harmoniosos.

Dito de outra maneira, as mulheres podem ser mais facilmente “cobaias” de experimentações sociais porque são menos protegidas, tanto pela legislação do trabalho quanto pelas organizações sindicais, e são mais vulneráveis (Hirata, 2002, p. 144). Nesse sentido Silvia Federici (2019), afirma que o capital obtém uma enorme quantidade de trabalho de graça e isso assegura que as mulheres, não irão lutar contra essa situação, e acabam buscando o trabalho doméstico enquanto o homem pode dedicar-se às tarefas diretamente produtivas.

Portanto, o trabalho da mulher é, neste caso, indiretamente produtivo e necessário em relação ao tal à realização do trabalho produtivo do homem, uma vez que o trabalho reprodutivo constitui uma tarefa socialmente invisível e, assim, tido como feminino, ocorre uma divisão sexual do trabalho. Dessa maneira irá atribuir às mulheres atividades ligadas ao universo do cuidado, enquanto aos homens se atribuem atividades ligadas à produção e que recebem maior remuneração.

Contudo, acima foi apresentada a forma como a mulher foi levada a acreditar que seu destino sempre foi exercer o trabalho reprodutivo, assim como essa questão leva a uma desvalorização do seu trabalho.

3.1 Trabalho produtivo: a subalternização das atividades atribuídas às mulheres negras

Nesse sentido, também foi identificado que vivemos numa sociedade de classes que reforça o racismo e sexismo principalmente em relação a mulheres negras. Segundo Heleieth Saffioti (1978), na época do regime escravocrata pelo sistema de castas os fins que se destinavam a mulheres negras e mulheres brancas eram diversos.

Ou seja, embora as mulheres brancas façam parte de um sistema de opressão e submissão, ainda assim é tratada de maneira delicada e frágil, servindo como patroa. Conforme explica Angela Davis (2016), a ideia de mulher frágil e delicada foi inventada por mulheres brancas, associada a feminilidade da mulher, enquanto mulheres negras nunca foram consideradas mulheres frágeis e são praticamente reconhecidas pelos trabalhos pesados.

Diante disso, mesmo que as raízes de trabalhos como dona de casa tenham vindo da burguesia, “a ideologia do século XIX estabeleceu a dona de casa e a mãe como modelos universais de feminilidade” (Davis, 2016, p. 242). A partir das ideias de Silvia Federici (2019), as mulheres que usufruem de uma posição social privilegiada conseguem escapar de grande parte desse trabalho, já que o marido pode pagar empregadas domésticas.

Dessa forma, a hierarquia social amplia a discussão do ciclo do trabalho reprodutivo que majoritariamente no Brasil é feito por mulheres negras, enquanto as mulheres brancas saem para trabalhar fora e assumem cargos de maior prestígio em relação à mulher preta. Conforme aponta Heleieth Saffioti (1971), a ação abolicionista no Brasil pregava adesão às ideias emancipacionistas, porém ainda assim não conseguia ser capaz de enxergar o negro como cidadão livre.

Por exemplo, Juliana Teixeira (2021), explica que as mulheres domésticas faziam o seu trabalho e acabavam morando na casa de seus patrões, sem horário para terminar o serviço, ganhando pouco ou quase nada e tecnicamente reproduzindo o antigo padrão de comportamento. Segundo Lélia Gonzalez (2020), quando a mulher negra não é contratada para o trabalho doméstico, será possível encontrá-la atuando na prestação de serviços de baixa remuneração, como supermercados, escolas e em hospitais.

Esses trabalhos são empurrados para as mulheres negras, porque além de a remuneração ser baixa, não produzem mais valia, porém são essenciais para a reprodução (Almeida, 2019, p. 114). Nesse sentido, Almeida (2019) cita que é possível perceber que o racismo também é reforçado pelos meios de comunicação e pela indústria, quando se vê novelas onde mulheres negras são retratadas como empregadas domésticas.

Em conformidade com Almeida (2019), isso fica no imaginário das pessoas, porém, na verdade só está retratando o que se passa na realidade. Do mesmo modo que as escolas reforçam que não existem contribuições na ciência, na história, e na literatura que não foram feitas por mulheres negras (Almeida, 2019, p. 42).

Mais uma vez, o sistema oculta que as pessoas negras, principalmente as mulheres, são capazes de exercer outras funções que não sejam de subalternidade. Diante disso Almeida (2019), aponta que a mulher negra cuida do trabalho doméstico dentro e fora de casa, cuida de seus filhos e dos outros, para o filho do branco se tornar um herdeiro do capital.

De acordo com (Dalla Costa, 1969 *apud* Davis, 2016), a dona de casa parece cuidar da família, mas a verdade é que seus serviços beneficiarão os empregadores de seu marido e o futuro empregador dos seus próprios filhos. É importante ressaltar que, o texto não trata de diminuir a narrativa de trabalho produtivo ou reprodutivo feito por mulheres brancas, porém é necessário apresentar comparações e vivências sociais, educacionais e econômicas que diferem mulheres brancas e mulheres negras na sociedade.

Em conformidade com Angela Davis (2016), é por isso que não se deve hierarquizar as opressões, pois há uma intersecção entre elas: gênero, raça e classe social.

4 MÉTODO DE COLETA DE DADOS

A proposta da pesquisa foi elaborada para ser feita no município de Varginha/MG já que o instituto de ciências sociais aplicadas é localizado na cidade de e foi um dos aspectos que auxiliaram na coleta de dados para a pesquisa. De acordo com o site do IBGE, a cidade é a terceira maior do Sul de Minas, possui um IDH alto e sua população tem um rendimento de 2,2 salários mínimos em dados apresentados no ano de 2021 (IBGE, 2022). Varginha-MG é um município de grande relevância na região que se destaca pela alta regularidade das vendas no ano e pelo elevado potencial de consumo. O PIB da cidade é de cerca de R\$8,1 bilhões de reais, sendo que 62,7% do valor adicionado advém dos serviços, na sequência aparecem as participações da indústria (24,8%), da administração pública (11,1%) e da agropecuária (1,4%).

A concentração de renda entre as classes econômicas em Varginha pode ser considerada alta e é relativamente superior à média estadual. As faixas de menor poder aquisitivo (E e D) participam com 48,3% do total de remunerações da cidade, enquanto que as classes mais altas representam 26,4%.

Do total de trabalhadores, as três atividades que mais empregam são: administração pública em geral (3314), transporte intermunicipal de carga (1847) e atendimento hospitalar (1702). Entre os setores característicos da cidade, também se destacam as atividades de comércio atacadista de café em grão, e fabricação de artefatos de material plástico para uso industrial.

A pesquisa em questão possui caráter qualitativo, utilizando para a coleta dados a metodologia semiestruturada como abordagem. Segundo Triviños (1987), a entrevista semiestruturada possui questionamentos básicos sustentado por teorias que interessam à pesquisa.

A partir disso, na medida em que os entrevistados vão respondendo as perguntas abre um leque de interrogações, nas quais o entrevistado seguindo a sua linha de pensamento e suas próprias experiências dentro daquele tema, consegue fomentar e participar na elaboração da pesquisa. A entrevista semiestruturada, ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação (Triviños, 1987, p.146).

Nesse sentido, foram escolhidas perguntas baseadas na natureza (Anexo A) do tema, trabalho produtivo e reprodutivo, representado pelas responsabilidades e atribuições sociais que as mulheres desempenham na sociedade. Nesse sentido, foram escolhidas questões de natureza descritiva específica, onde a ênfase estará destinada a atingir o máximo de clareza nas descrições dos fenômenos sociais que estuda (Triviños, 1987, p.150).

Dito isto, o perfil das entrevistadas foi baseado na ideia de separar um número de 10 mulheres negras e 10 mulheres brancas, para dar mais visibilidade à discussão sobre o trabalho produtivo e reprodutivo, e compreender como o racismo tem um papel importante no peso desse trabalho sobre mulheres negras. “O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pesquisa a cor ou raça da população brasileira com base na autodeclaração, ou seja, quando questionada, a pessoa pode se declarar como preta, parda, branca, amarela ou indígena” (IBGE, 2022).

Partindo desse pressuposto, constatou-se que as entrevistadas que se autodeclararam brancas fundamentaram essa identificação em seus traços fenotípicos e características físicas. De modo semelhante, as entrevistadas negras se autodeclararam pretas com base nos mesmos elementos, considerando a forma como reconhecem e afirmam sua identidade racial.

De acordo com Triviños (1987), ao invés da aleatoriedade, as entrevistadas foram escolhidas intencionalmente, considerando uma série de condições sujeitas que sejam essenciais segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto. Em outras palavras, foi utilizada uma amostragem por conveniência, onde a seleção dos participantes é feita com base na conveniência do pesquisador, como facilidade de acesso ou proximidade (Triviños, 1987).

Entre as vinte entrevistas, dez delas foram gravadas em áudios, três dessas mulheres conseguiram ceder um pouco de seu tempo para receber o entrevistador. Uma delas foi entrevistada em casa, enquanto as outras duas cederam o tempo do horário de almoço durante o trabalho, para responder as perguntas que duraram aproximadamente uns 30 minutos.

Como havia dito anteriormente, apesar de obter sucesso com algumas entrevistas concedidas pessoalmente, por outro lado, com outras mulheres, foi difícil concretizar esse objetivo justamente pelas múltiplas ocupações e a dupla jornada de trabalho. Por isso, as demais receberam as perguntas por mensagem e responderam pela escrita ou por áudio durante qualquer hora do dia por um

aplicativo de mensagens.

Cada uma das mulheres respondiam um áudio para cada pergunta e a maior parte dos áudios duravam de 40 segundos a 2 minutos, e as respostas que foram por meio de áudios foram salvas em um pen drive. É válido salientar que, antes de ser feito as entrevistas, foi explicado às participantes a finalidade da pesquisa e em seguida foi lhes passado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para elas assinarem autorizando a pesquisa e garantindo total sigilo de suas identidades.

Além de autorizarem suas próprias gravações de áudio, foi lhes entregue o termo em mãos para elas assinarem quando houve a possibilidade de um encontro. Como havia dito anteriormente, as entrevistas foram transcritas manualmente, a partir da escuta dos áudios, e foram armazenadas em pen drive.

Dito isto, é importante ressaltar que, esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética de Pesquisa da UNIFAL-MG. Abaixo é possível visualizar uma tabela com descrições características das entrevistadas, ressalta-se que os nomes são fictícios e foram atribuídos às mulheres pela pesquisadora, para fins de garantia do sigilo de pesquisa.

No quadro a seguir (Quadro 1), apresenta-se uma descrição sucinta do perfil das mulheres negras entrevistadas:

Quadro 1 – Perfil das mulheres negras entrevistadas

MULHERES NEGRAS			
Participante	Idade	Escolaridade	Bairro
Rochelle	45 anos	Fundamental Incompleto	Parque do Retiro
Bilie	43 anos	Fundamental Incompleto	Novo Tempo
Iza	35 anos	Ensino Médio Completo	Cruzeiro do Sul
Elza	47 anos	Superior Incompleto	Parque Mariela
Glória	49 anos	Fundamental Incompleto	Parque do Retiro
Nara	50 anos	Fundamental Incompleto	Cruzeiro do Sul
Ludmilla	57 anos	Fundamental Completo	Vila Floresta
Alcione	51 anos	Fundamental Completo	Vila Barcelona
Preta	23 anos	Ensino Médio Completo	Centro
Margareth	53 anos	Ensino Médio Completo	Vila Ipiranga

Fonte: Dados da Pesquisa.

No quadro a seguir (Quadro 2), apresenta-se uma descrição sucinta do perfil das mulheres brancas entrevistadas:

Quadro 2 - Perfil das mulheres brancas entrevistadas

MULHERES BRANCAS			
Participante	Idade	Escolaridade	Bairro
Beth	55 anos	Ensino Superior Completo	Santana
Marília	42 anos	Ensino Médio Completo	Jardim Andere
Ivete	43 anos	Ensino Superior Completo e Pós Graduação	Vila Martins
Elis	41 anos	Fundamental Incompleto	Parque Rinaldi
Gal	45 anos	Ensino Médio Completo	Sagrado Coração
Rita	31 anos	Ensino Médio Completo	Sagrado Coração
Cindy	32 anos	Ensino Superior Completo	Vila Martins
Amy	57 anos	Ensino Médio Completo	Centro
Marisa	31 anos	Ensino Superior Completo	Centro
Fátima	38 anos	Ensino Médio Completo	Sagrado Coração

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nesse sentido, as entrevistas foram marcadas para serem feitas no período do mês de Agosto a Dezembro de 2023, sendo realizada a maior parte delas em bairros considerados de maior vulnerabilidade econômica e social da cidade.

4.1 Método de análise de dados: análise de conteúdo temática

A análise dos dados foi feita através da análise de conteúdo temática que de acordo com Bardin (1977), se trata de abordagem utilizada principalmente em pesquisas qualitativas, analisando documentos escritos como entrevistas, textos e até mesmo discursos. Dessa forma, foi feito um passo a passo para a construção da análise separadas em: leitura flutuante, categorização e tratamento dos resultados.

Como dito anteriormente, a elaboração das perguntas foi baseada nos tipos de atividades que caracterizam o trabalho reprodutivo e o produtivo mal remunerado, sendo feitas somente nove perguntas. Entretanto, só foram analisadas as perguntas que realmente fazem todo o sentido para a elaboração de um pensamento sincronizado, e para a análise dos temas foi importante utilizar a leitura flutuante.

De acordo com Bardin (1977), a leitura flutuante consiste em o pesquisador ter uma intuição na qual possam surgir hipóteses de problemas em escala global, que ajudam a identificar temas, padrões e áreas de interesse para uma análise mais aprofundada posteriormente. Do mesmo modo que também é definida como pré-análise que é fase de organização e sistematização das ideias, em que ocorre a escolha dos documentos a serem analisados (Cappelle; Lopes; Gonçalves, 2011, p. 6).

Nesse sentido, é a retomada das hipóteses e dos objetivos iniciais da pesquisa em relação ao material coletado, e a elaboração de indicadores que orientarão a interpretação final (Cappelle; Lopes; Gonçalves, 2011, p. 6).

Ainda, foi utilizado a estatística descritiva como método de análise, pois o intuito é proporcionar ao leitor uma boa compreensão dos dados, ou seja, os métodos de estatística descritiva podem ser usados para produzir resumos da informação contida no conjunto de dados (Sweeney; Williams; Anderson, 1996, p. 13).

Conforme apontam os autores, esses tipos de resumos tabulares e gráficos geralmente tornam os dados mais fáceis de serem interpretados.

4.2 Análise dos dados a partir das duas categorias

A categorização tem como objetivo fornecer por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos, isso permite aos pesquisadores a melhor organização e interpretação dos dados, melhorando a investigação do fenômeno (Bardin, 1977, p. 119). Nesse sentido, foi utilizado na grade temática duas categorias de análise: **trabalho produtivo e trabalho reprodutivo**, assim, procedeu-se à seleção das perguntas a serem analisadas, destacando-se três delas por oferecerem maior clareza e por estarem mais alinhadas aos propósitos da pesquisa.

Complementarmente, utilizou-se de análise de frequência absoluta para produzir tabelas apresentando o número de mulheres respondentes para cada uma das três questões que compuseram os temas investigados nesta pesquisa. De acordo com Sweeney, Williams e Anderson (1996), a distribuição de frequências absolutas indica quantos itens há em cada classe.

Entre as nove perguntas aplicadas, três foram utilizadas nas análises por estarem alinhadas ao referencial teórico e às discussões sobre o trabalho reprodutivo e o contexto social, histórico e cultural de mulheres negras e brancas.

As perguntas utilizadas para a pesquisa estão destacadas no Anexo A, em itálico.

Com que idade você começou a trabalhar?

Mulheres negras que ingressaram no mercado de trabalho antes dos 18 anos	08 mulheres
Mulheres negras que ingressaram no mercado de trabalho após os 18 anos	02 mulheres

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados da pesquisa.

Mulheres brancas que ingressaram no mercado de trabalho antes dos 18 anos	06 mulheres entrevistadas
Mulheres brancas que ingressaram no mercado de trabalho após os 18 anos	04 mulheres entrevistadas

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados da pesquisa.

A partir das respostas é possível perceber que entre 10 mulheres negras, 08 delas afirmam ter começado a trabalhar antes de completarem a maioridade, provavelmente não percebem que as tarefas domésticas que fazem em casa também é considerado um trabalho. Perceba que Saffioti (2015), apontou o fato de mulheres não questionarem seus lugares de subserviência e docilidade. Certamente, isso reforça muito mais o sistema capitalista a manter sua hegemonia de poder e o trabalho reprodutivo gratuito.

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural (Federici; Silvia, 2019, p. 43). De acordo com as respostas e conversas longas, estas mulheres não percebem o trabalho que fazem dentro de seus lares, e ainda é lido com uma obrigação feminina.

Segundo argumentos de Federici (2019), é como se fosse uma naturalidade interna da mulher transformada em atributo, que por sua vez não é remunerado nem reconhecido. É importante salientar que, essa estrutura também torna a mulher

dependente do trabalho e do salário do homem, enquanto ela cuida dos afazeres da casa, eles trabalham para manter o capital, e perpetua comportamentos ensinando suas filhas a fazerem o mesmo para seus futuros maridos.

Em contrapartida, diante das respostas de mulheres brancas, observou-se que entre 10 dessas mulheres 06 delas ingressaram no mercado de trabalho antes da maioridade, enquanto as outras 04 restantes começaram a trabalhar após os 18 anos. Ou seja, mesmo que seja um número significativo, ainda não supera a realidade que atravessa a vida de mulheres negras jovens e que já estão fadadas aos trabalhos de cuidado devido ao contexto histórico-cultural.

Conforme aponta Lélia Gonzalez (2020), existe um nível inconsciente que reflete os papéis e lugares estereotipados atribuídos à mulher negra, como o trabalho braçal e não qualificado, ou como alguém que conseguiu ascender socialmente, mas sempre por meio dos canais de mobilidade social que são vistos como apropriados para ela.

Trecho em que Grada Kilomba conta sobre sua experiência com o racismo desde cedo: “Eu tinha por volta de 12 ou 13 anos e fui a uma consulta médica com a minha mãe. No final, o médico perguntou se eu gostaria de trabalhar como empregada doméstica na casa dele durante as férias.” (Kilomba, 2019, p. 93).

Segundo Grada Kilomba (2019), logo que, de maneira criteriosa, seja difícil distinguir com precisão raça e gênero, porque ambos estão sempre entrelaçados, talvez isso não aconteceria se fosse modificado a raça e o gênero dos personagens. E se o cenário fosse composto por um homem branco e uma menina branca, ele teria perguntado se ela serviria a ele e sua família ou por um acaso ele teria considerado a menina branca uma servente, ou apenas uma criança? (Kilomba, 2019, p. 95).

Quais profissões você já exerceu ao longo de sua vida?

Mulheres negras que exerceram tarefas como domésticas, diaristas, babás, auxiliar de cozinha e faxineiras, a maioria em casas de outras famílias.	07 mulheres entrevistadas.
Mulheres negras que exerceram tarefas diferentes que não fazem parte dessas áreas, como por exemplo: áreas administrativas.	03 mulheres entrevistadas.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa.

Mulheres brancas que exerceram trabalhos como domésticas, babás e auxiliares de cozinha.	05 mulheres entrevistadas.
Mulheres brancas que exerceram trabalhos diferentes como: área administrativa, engenharia e vendas.	05 mulheres entrevistadas.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa.

A partir dessas respostas é possível perceber que entre dez das mulheres negras, sete delas afirmam ter começado a trabalhar como empregadas domésticas, enquanto que três delas exerceram outras atividades. Por outro lado, as mulheres brancas se dividiram de forma equilibrada entre o trabalho doméstico e outras ocupações, com aproximadamente metade do total delas atuando em cada uma dessas áreas.

Percebe-se que o mais intrigante é que ao longo da vida elas parecem permanecer nesse tipo de emprego relacionado a tarefas como limpar, cozinhar, lavar e cuidar dos outros. De acordo com Angela Davis (2016), as mulheres negras sempre foram vistas como unidades de trabalho lucrativas, além de servir como trabalhadoras em tempo integral, serviam como modo de reprodução natural.

Ainda que, a história exemplificada seja no contexto norte-americano, esses mesmos comportamentos também afetaram as mulheres negras no período escravocrata brasileiro. As possibilidades de ascensão a determinados setores da classe média, são praticamente nulas para a maioria absoluta, e tais setores são justamente aqueles da classe média (González, 1979, p.14).

Em conformidade com Lélia Gonzalez (2020), na década de 1950, o processo de modernização e o avanço da urbanização impulsionaram diversos setores produtivos, como consequência, a indústria têxtil entrou em declínio, resultando no fechamento de fábricas e no desemprego de muitas mulheres negras. Segundo Lélia Gonzalez (2020), nesse período a mulher negra perdeu muito como operária e devido a sua baixa escolaridade, enfrentou dificuldades para percorrer em outros setores, setores esses que exigiam graus elevados de escolaridade que a negra não possuía.

Dessa forma, diversos outros motivos foram criados no sentido de reforçar a discriminação: o contato com o público exige “educação” e “boa aparência”. De

acordo com Gonzalez (2020, p. 49), “quanto à minoria de mulheres negras que, nos dias de hoje, atingiram níveis mais altos de escolaridade, o que se observa é que, apesar de sua capacitação, a seleção racial se mantém”.

Em consoante com Moura (1988), as estruturas de poder são baseadas de tal forma ao ponto de tudo que representa trabalho nobre e intelectual, é exercido pela minoria branca, enquanto que todo o trabalho não-qualificado, braçal, sujo e mal remunerado é praticado por negros. As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como anti-musas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca (Carneiro, 2020, p. 02).

Segundo Djamilia Ribeiro (2018), desde o período colonial mulheres negras são vistas como pessoas a serem exploradas em trabalhos servis e exaustivos, e não importa onde elas estejam sempre carregam a marca da exotização de seus corpos e a subalternidade. Mais uma vez, dentro desse contexto, mulheres brancas, na maioria das vezes, só conseguem manter suas carreiras e ocupar espaços de poder porque o trabalho de cuidado, essencial para isso, é majoritariamente realizado por mulheres negras.

O mais prejudicial é que se cria a ideia de que ser bem-sucedido é possuir os mesmos direitos que o homem branco, e não romper com as lógicas de opressão, é fazer parte do sistema sem transformá-lo de fato (Ribeiro, 2018). As mulheres que perseguem esse ideal não estão necessariamente preocupadas com as negras e pobres que trabalham em suas casas, nem tampouco em discutir as várias possibilidades de ser mulher e enxergar seus privilégios (Ribeiro, 2018).

Para trabalhar, você conta com algum tipo de auxílio, como creche, familiares e/ou amigos para cuidar das crianças?

Mulheres negras que utilizaram de creches e auxílios para conseguir trabalhar e cuidar dos filhos	08 mulheres entrevistadas.
Mulheres negras que não utilizaram desses serviços porque não tiveram filhos	02 mulheres entrevistadas.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa.

Mulheres brancas que contaram com o apoio das famílias para cuidar dos seus filhos enquanto trabalhavam	06 mulheres entrevistadas.
Mulheres brancas que abdicaram de seus empregos para cuidar dos filhos	02 mulheres entrevistadas.
Mulheres brancas que não tiveram filhos	02 mulheres entrevistadas.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa.

De acordo com as respostas, foi possível identificar que entre dez das mulheres brancas, seis delas contaram com um apoio considerável da família sendo sua "rede de apoio", por outro lado 80% das mulheres negras dependeram, em grande parte, de políticas públicas de assistência social, como creches e auxílios financeiros, para a criação dos filhos. Esse fenômeno é mais recorrente entre mulheres negras, em razão de diversos fatores, como a maior incidência de mães solo devido à ausência de união estável.

As análises estatísticas indicam que os casamentos no Brasil seguem um padrão monogâmico, especialmente em relação à variável raça. (Silva, 1987, 1991 *apud* Souza, 2008; Berquó, 1988 *apud* Souza, 2008). De acordo com Moura (2004, *apud* Souza, 2008), mulheres negras e pardas apresentam o maior tempo de celibato e se casam mais tardiamente em comparação a mulheres brancas.

Em outras palavras, isso explica o fato de muitas mulheres negras não receberem o apoio de parceiros nas tarefas domésticas, nas despesas financeiras e no cuidado com os filhos. Conforme aponta (Rufino, 1994 *apud* Carneiro, 1995), o relacionamento de homens negros com mulheres brancas pode ser visto como uma forma simbólica de buscar ascensão social.

Embora Rufino (1994 *apud* Carneiro, 1995) negue essa afirmação dizendo que essa relação reforça o "mito" de que o homem negro "sobe de status" ao se envolver com a mulher branca, quando na verdade reflete o desejo de aproximação de um espaço social privilegiado e historicamente reservado aos homens brancos. Certamente, ele reforça a ideia de que homens negros desejam ocupar esses espaços e se sentir pertencente aquela comunidade, abrindo mão da construção matrimonial ao lado de mulheres negras.

A situação das mulheres negras exemplifica isso: recebem os mais baixos salários, são empurradas para os "trabalhos improdutivos" – aqueles que não

produzem mais-valia, mas que são essenciais, por exemplo, as babás e empregadas domésticas, em geral negras que, vestidas de branco, criam os herdeiros do capital (Almeida, 2019, p. 114). A exemplo disso Helena Hirata (2002), indica que a globalização embora tenha influenciado de forma positiva na oferta de empregos remunerados, também trouxe consigo o aumento da vulnerabilidade social e das desigualdades.

Em média, aproximadamente um terço das mulheres e homens negros que encontram emprego trabalham em empregos caracterizados por baixos salários, instabilidade no emprego e más condições de trabalho (Collins, 2000, p. 62). Conforme aponta a Collins (2000), esses empregos crescem rapidamente, impulsionados pela grande necessidade de cozinheiras, lavadeiras, auxiliares de saúde e empregadas domésticas para atender às necessidades de famílias abastadas de classe média.

Em outras palavras, as famílias economicamente estáveis tendem a terceirizar as funções básicas e reprodutivas do cuidado, delegando essas atividades a mulheres negras. Por sua vez, essas trabalhadoras, frequentemente precisam se afastar de seus próprios lares e famílias, ficando dependentes do apoio estatal para suprir as demandas que não conseguem atender devido à inserção no trabalho doméstico mal remunerado.

Uma proporção considerável se sustenta por meio de combinações variadas de empregos de baixa remuneração e pagamentos de transferências governamentais (Collins, 2000, p. 62). Embora essa realidade também afete mulheres brancas, as mesmas ainda desfrutam de certos privilégios, como o acesso a uma rede de apoio familiar, mesmo diante do abandono conjugal, o preconceito que a atinge está mais relacionado às dinâmicas de gênero.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os resultados discutidos na seção anterior, foi apontado que desde muito jovens, as mulheres no geral são socializadas para exercer atividades domésticas e de cuidado, sem reconhecer que essas práticas configuram, de fato, um tipo de trabalho e as mulheres negras em particular permanecem exercendo esse mesmo tipo de função no mercado de trabalho. Por sua vez, estas mulheres reproduzem sem perceber uma lógica de sistema patriarcal, sexista e racista que as empurram para os piores cargos com os mais baixos salários, com isso, acabam favorecendo as mulheres brancas e seus descendentes, enquanto deixam seus filhos aos cuidados de outras pessoas e não conseguem lhes proporcionar uma vida digna, ficando à margem da sociedade.

Analisando os desafios indicados por estas mulheres, a partir da teoria da reprodução social, tanto mulheres brancas quanto mulheres negras, precisaram recorrer ao apoio de terceiros para cuidar dos filhos enquanto exercem atividades laborais. Em outros casos, foi necessário afastar-se ou abandonar o mercado de trabalho para assumir integralmente os cuidados maternos, em razão da ausência de políticas públicas adequadas de assistência ou da falta de uma rede de apoio familiar e social.

De acordo com algumas respostas, observou-se que, mesmo pertencendo à mesma classe social e ocupando posições sem prestígio, mulheres brancas ainda dispõem de redes de apoio mais amplas, capazes de fornecer o suporte necessário caso decidam investir em sua inserção e desenvolvimento no mercado de trabalho. Por outro lado, as análises indicam que mulheres negras enfrentam dificuldades significativas para constituir vínculos matrimoniais e, conseqüentemente, dispõem de redes de apoio muito limitadas, o que compromete seu acesso a recursos para estudar e melhorar suas condições de vida.

Embora a pesquisa não tenha incluído perguntas específicas sobre relações matrimoniais ou detalhes das uniões estáveis, a sétima questão possibilitou identificar informações sobre as redes de apoio relacionadas ao cuidado dos filhos. Verificou-se que, na prática, essa responsabilidade também recai sobre o genitor; contudo, em grande parte dos relatos, sua participação não foi mencionada, evidenciando uma percepção predominante de que o cuidado infantil é sustentado principalmente pela rede feminina de apoio.

Partindo do pressuposto de que mulheres brancas tendem a dispor de maiores oportunidades de ascensão social, observa-se que, sempre que surge a possibilidade de transferir responsabilidades relacionadas ao trabalho reprodutivo, essas tarefas são frequentemente delegadas às mulheres negras. Ter um parceiro que possa assumir ou terceirizar o trabalho doméstico permite que a mulher se dedique ao aperfeiçoamento profissional, enquanto o sustento familiar e o bem-estar dos filhos são mantidos.

Esse arranjo contribui para a produtividade empresarial, beneficiando empregadores e, indiretamente, toda a família. Diante disso, houve algumas limitações da pesquisa, que poderiam contribuir de forma positiva e enriquecedora na pesquisa, e a partir das limitações da pesquisa, aqui há sugestões para explorar em trabalhos futuros.

- a) A quantidade de filhos e suas idades para se ter uma noção de quem precisaria mais de assistência ou não;
- b) Como também a solidão da mulher negra em questões matrimoniais que ajudam a constituir família e não serem preteridas e nem abandonadas, tendo de carregar o peso de mãe solo e com trabalho precário, sem condições de sustentar os filhos;
- c) Como também a questão do desmantelamento de famílias negras e como isso afeta a gerações futuras que não possuem rede de apoio para auxiliá-las nas dificuldades da vida, enquanto que mulheres brancas possuem grande rede de apoio por ter avós, bisavós e sempre uma constituição familiar mais bem estabelecida.

É importante destacar que as desigualdades tanto no mercado de trabalho quanto no trabalho reprodutivo, nas quais mulheres negras acabam ocupando posições de trabalho precárias e mal remuneradas, enquanto mulheres brancas são favorecidas em várias dessas situações, são sustentadas pelo sistema capitalista. Esse sistema perpetua e reforça essas estruturas de discriminação racial e de gênero, garantindo a manutenção dessas desigualdades em prol de seu lucro.

Ao invés de promover a união entre as pessoas, o sistema tende a separá-las, impedindo que reconheçam sua condição comum como parte da classe trabalhadora. Para alcançar um mínimo de igualdade, é necessário que todos superem esse sistema que reforça as divisões sociais e econômicas.

Por fim, esta pesquisa mostra que o trabalho reprodutivo está ligado a

diversas dimensões sociais e econômicas, sendo fundamental para a economia, a geração de renda e a formação de cidadãos aptos a exercer suas funções diárias de maneira eficaz. Entretanto, esse mesmo trabalho contribui para a perpetuação de profundas desigualdades de gênero e raça, reproduzindo as dinâmicas estruturais de um capitalismo excludente e mantendo práticas de racismo e sexismo institucionalizados.

Dessa forma, os problemas apontados ao longo desta pesquisa oferecem uma base para o desenvolvimento de debates futuros na Administração Pública, possibilitando a identificação de novos aspectos que ainda não foram abordados ou que geralmente são negligenciados.

Portanto, são questões que merecem avaliação e reflexão essenciais para que as políticas públicas possam ser implementadas de maneira mais eficaz, permitindo que a Administração Pública exerça um impacto significativo e transformador na sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. 2. ed. São Paulo: Pólen Livros, 2019. (Coleção Feminismos Plurais; coordenação de Sueli Carneiro).
- ARUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, 1º semestre de 2015. Artigo originalmente publicado em: Revista Viewpoint.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. Teoria da Reprodução Social: elementos fundamentais para um feminismo marxista. **Contemporânea**: revista de Sociologia da UFSCar, v. 13, n. 2, p. 622-647, maio/ago. 2023.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. p. 60-96.
- BRASIL. **Lei n. 150, de 1 de Junho de 2015**. Do contrato de trabalho doméstico: Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm. Acesso em: 21 nov. 2023.
- BHATTACHARYA, T. Explicando a violência de gênero no neoliberalismo. Tradução de Laura Viríssimo. **Revista Marx e o Marxismo** v.7, n 12, jan./jun. 2019.
- CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; GONÇALVES, Carlos Alberto. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: HOLLANDA, H. (org.). **Pensamento feminista-conceitos fundamentais**: Bazar do Tempo, 2019. p. 325-333.
- CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 546–549, 1995. Disponível Em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/G%C3%AAnero-ra%C3%A7a-e-ascen%C3%A7%C3%A3o-social.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2025.
- CARVALHO, I. PEC das Domésticas completa seis anos; padrões não respeitam a lei. **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/27/pec-das-domesticas-completa-seis-anos-pat-roes-nao-respeitam-a-lei>. Acesso em: 29 out. 2023.
- CARAVELA. Varginha-MG. **Caravela Dados e Estatísticas**. 2025. Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/varginha---mg>. Acesso em: 09 dez. 2025.
- COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. 2. ed. New York: Routledge, 2000. p. 62.
- DIAS, P. IBGE: Analfabetismo cai entre 2019 e 2022, mas taxa continua mais alta entre negros, idosos e nordestinos. **Jornal O Globo**, 2023.

Disponível

em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2023/06/ibge-analfabetismo-cai-em-2022-mas-taxa-continua-mais-alta-entre-negros-idosos-e-nordestinos.ghtml>. Acesso em: 18 nov. 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. [1981]. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 20-246.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. [1989]. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 123.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Trabalhadoras domésticas: 2025. **DIEESE Infográfico**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2025/trabalhadorasDomesticas.html>. Acesso em: 07 dez. 2025.

FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Revista Mediações**, v. 13, n.1-2, p. 121-142, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017. p. 26-232.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo. Editora Elefante, 2019. p.42-68.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Sebastião Nascimento com colaboração de Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020. p. 20.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”**. São Paulo: Dominus; EDUSP, 1964. v. 1.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p.162.

FRASSER, Nancy. Contradições entre capital e cuidado. Princípios: **Revista de Filosofia**, Natal, v. 27, n. 53, maio/ago. 2020.

GARCIA, Maria Fernanda. Brasil foi o último país do continente americano a abolir a escravidão. **Observatório do Terceiro Setor**, 2022 Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-foi-o-ultimo-pais-do-continente-americano-a-abolir-a-escravidao/>. Acesso em: 21 set. 2023.

GONZÁLEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.33-51.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, p. 225-226, 1984.

GONZÁLEZ, Lélia. **Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher**. Comunicação apresentada no 8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association, 1979. p.14-15.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, n.17-18, p.139–156, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. **IBGE Agência de Notícias**. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 09 dez. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cor ou raça. **IBGE Educa – Jovens**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 09 dez. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**: Varginha-MG, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/varginha/panorama>. Acesso em: 23 out. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Ipea lança dados sobre trabalho doméstico e de cuidados no Brasil, em seminário que marca o Mês da Mulher**. 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15668-ipea-lanca-dados-sobre-trabalho-domestico-e-de-cuidados-no-brasil-em-seminario-que-marca-o-mes-da-mulher>. Acesso em: 07 dez. 2025.

JESUS, Jordana Cristina de; TURRA, Cassio Maldonado; WAJNMAN, Simone. Um método empírico para ajustar os dados de uso do tempo no Brasil. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 4, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/X6gvgJvz6ZX9tXByqrc3JQk/?lang=en>. Acesso em: 08 Nov. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira e Simone Schmidt. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 93-95.

MOURA, C. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988. p. 7-72.

PINHEIRO, M. C. Desafios das mulheres negras no mercado de trabalho. **Portal Geledés**, 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/desafios-das-mulheres-negras-no-mercado-de->

trabalho/?gclid=Cj0KCQiAgK2qBhCHARIsAGACuzIV2Y95TzOPIZ3ty4HXNJ17SdMr9dvqnZOpRe9mUcWFpe3t/. Acesso em: 23 set. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 35-94.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e zealidade**. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 37.

SILVA, Daniel Neves. Como ficou a vida dos ex-escravos após a Lei Áurea?. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/como-ficou-vida-dos-ex-escravos-apos-lei-aurea.htm> .Acesso em: 24 set. 2023.

SILVIA, A. Reforma trabalhista piora a situação da mulher negra no mercado de trabalho. **Brasil de Fato**, 2022. Disponível em: <https://www.brasiledefato.com.br/2017/04/22/reforma-trabalhista-piora-situacao-da-mulher-negra-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 22 out. 2023.

SOUZA, Claudete Alves Silva de. **A solidão da mulher negra**: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SWEENEY, D.; WILLIAMS, T.; ANDERSON, D. **Estatística aplicada à administração e economia**. Tradução da 6ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2013. p.13-37.

TREVISAN, M.C. Mais de 4,2 mi de mulheres negras saíram da pobreza extrema com auxílio. **Portal Geledés**, 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mais-de-42-mi-de-mulheres-negras-sairam-da-pobreza-extrema-com-auxilio/> .Acesso em: 23 set. 2023.

TEIXEIRA, Juliana. Trabalho Doméstico. *In*: RIBEIRO, Djamilla; CARNEIRO, Sueli (org.). **Feminismos plurais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 21.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.p. 146-152.

VILELA, Pedro Rafael. Mulheres Negras são 65% das trabalhadoras domésticas no país. **Agência Brasil**. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais#:~:text=As%20mulheres%20representam%2092%25%20das,das%20quais%2065%25%20s%C3%A3o%20negras>. Acesso em: 23 out. 2023.

**ANEXO A - QUESTÕES QUE COMPUSERAM O QUESTIONÁRIO SEMI ESTRUTURADO
QUE SERVIU DE BASE PARA A COLETA DE DADOS VIA ENTREVISTAS**

PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA	
1	<i>Você estudou quando mais jovem? Sem sim, até que série?</i>
2	<i>Quando era criança, o que você gostava de fazer?</i>
3	<i>O que tinha vontade de ser quando fosse adulto?</i>
4	<i>Você realizou essa vontade? Sim ou não? Por quê?</i>
5	<i>Em que idade você começou a trabalhar? Qual a sua idade atual?</i>
6	<i>Quais profissões você já exerceu ao longo de sua vida?</i>
7	<i>Para trabalhar você conta com algum tipo de auxílio, como creche, familiares e/ou amigos para cuidar das crianças?</i>
8	<i>Qual é a sua opinião sobre a paternidade?</i>
9	<i>Qual é o sonho que tem vontade de realizar?</i>